

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

4 de março de 2014.

Entidades: UNICRE, SIBS e MasterCard

Senhores Deputados presentes:

- Carlos Santos Silva (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho;
- Elsa Cordeiro (PSD);
- Fernando Serrasqueiro (PS);
- João Galamba (PS);
- João Paulo Correia (PS);
- Cecília Meireles (CDS-PP);
- Paulo Sá (PCP);
- Pedro Filipe Soares (BE).

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva começou por dar as boas-vindas às delegações da UNICRE, SIBS e MasterCard, apresentando os Senhores Deputados presentes e dando conta do processo de nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 478/XII/3.ª \(PS\)](#), no âmbito do qual a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública entendera criar o presente Grupo de Trabalho.

De seguida, deu conta do modo de condução dos trabalhos, após o que passou a palavra às diversas entidades para eventuais intervenções iniciais.

Começou por usar da palavra o Presidente da SIBS, que apresentou, com recurso a *power point*, o sistema de pagamentos português enquanto modelo competitivo, compreensivo e económico, efetuando ainda a comparação internacional no qual evidenciou o facto de o tripé remuneratório ser “coxo” em Portugal atento o facto de não ser legalmente possível a cobrança de comissões pelo levantamento nas caixas Multibanco.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias

De seguida, interveio o Presidente da UNICRE, que deu conta dos serviços prestados por esta entidade aos comerciantes que aceitam pagamentos com cartões, sublinhando a importância de que funcione a infraestrutura (SIBS e Bancos) e manifestando preocupação – apesar de compreender o objetivo de redução de custos – com o facto de a iniciativa em apreço poder não trazer benefícios, obstando ao entendimento da regulação do setor como gestão administrativa feita pela via legislativa.

Por fim, usou da palavra a delegação da MASTERCARD, que efetuou uma apresentação com recurso a *power point*, dando conta das suas considerações sobre a proposta legislativa em apreço, nomeadamente quanto ao aumento dos custos para os consumidores e pequenos comerciantes, vs. uma redação para os grandes comerciantes, tendo em conta as práticas internacionais já verificadas em matéria de comissões interbancárias.

Na fase de debate, intervieram os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Elsa Cordeiro (PSD), Paulo Sá (CDS-PP) e Pedro Filipe Soares (BE), que efetuaram intervenções quanto à iniciativa legislativa em apreciação e colocaram um conjunto de questões.

A SIBS efetuou uma segunda intervenção, para comentários adicionais:

- Deu conta da baixa rentabilidade do setor, por trabalhar num sistema de *cost recovery*;
- A imposição de limites às *interchange fees* levará a que as outras componentes do tripé remuneratório sejam mais oneradas e a qualidade do sistema seja reduzida;
- Os maiores beneficiários de uma tal medida serão os grandes comerciantes.

A UNICRE usou, igualmente, da palavra:

- Informou que a UNICRE recebe 0,01% das receitas cobradas aos comerciantes, sendo que uma alteração do sistema pode reduzir a sua sustentabilidade;
- A separação / *unbundling* do sistema já existe pelo facto de existirem diversos *acquirers*.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias

Por fim, interveio a MasterCard, que sublinhou que uma eventual alteração do sistema de custos deve ser vantajosa para todos os elementos que compõem as *interchange fees*.

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva agradeceu as informações prestadas pelas diversas entidades presentes, após o que encerrou os trabalhos.

A audição foi gravada em suporte áudio e vídeo, que fazem parte integrante do presente relatório e prevalecem sobre o teor escrito do mesmo.

A documentação entregue pela SIBS e pela MasterCard, a gravação da audição e outras informações estão disponíveis na [página internet](#) do Grupo de Trabalho.

Palácio de São Bento, em 4 de março de 2014

O Deputado Coordenador do Grupo de Trabalho
Carlos Santos Silva